

## NOMES PRÓPRIOS: POR QUE A TEORIA CAUSAL DE PERRY NÃO DÁ CONTA DA RETENÇÃO DE CRENÇAS

Sagid Salles<sup>1</sup>

**RESUMO:** Tenho dois objetivos principais neste texto. Primeiro, defenderei que a versão de Perry da teoria causal da referência não dá conta de casos de retenção de crença. Faço isto por meio de um contraexemplo à teoria de Perry. Segundo, defenderei que uma versão específica de teoria da identificação é capaz de lidar com o contraexemplo apresentado e, neste sentido, é superior à teoria de Perry.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nomes próprios, retenção de crença, teoria causal de Perry, teoria da identificação, teoria da referência.

**ABSTRACT:** I have two goals in this paper. First, I will claim that Perry's version of causal theory of reference is not able to account cases of belief retention. I shall do this by presenting a counterexample to Perry's theory. Second, I will claim that a specific version of theory of identification is able to deal with the example and, in this sense, must be preferred to Perry's theory.

**KEYWORDS:** Proper names, belief retention, Perry's causal theory, theory of identification, theory of reference.

### Introdução

Acredito que uma versão da Teoria da Identificação, que tem seus antecedentes em Evans, está correta em relação à referência dos nomes próprios.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica da Universidade Federal de Ouro Preto e bolsista pelo programa de Bolsas de Doutorado da CAPES.

<sup>2</sup> Não apenas Evans (1982), mas também Campbell (2002), Jackson (2010), Sainsbury (2005) defendem perspectivas muito próximas da apresentada na parte I deste artigo. Mas não entrarei em quaisquer questões interpretativas aqui. Uma apresentação detalhada de minha versão de teoria da identificação para a referência, relacionando-a com as versões destes autores e respondendo a um conjunto de possíveis objeções pode ser encontrada em Salles (2013), principalmente a parte III. Minhas críticas à teoria causal nas versões de Kripke e Devitt podem ser encontradas na parte II do referido trabalho.

Sustentei que esta versão é superior às diferentes versões da Teoria Causal, de Kripke, Donnellan e Devitt. Mas nada disse sobre a versão desenvolvida por Perry. A versão da Teoria Causal desenvolvida por ele é muito próxima da Teoria da Identificação que defendi. A principal diferença consiste no papel que ambos damos à causação na referência. Perry aceita que um elo causal de um tipo apropriado seja condição suficiente para o sucesso de um ato de referência através de um nome, eu recuso isto.

A principal motivação de Perry para a sua teoria é que ela dá conta de explicar casos de retenção de crenças. Meu principal objetivo neste artigo é defender que Perry não consegue realmente resolver problemas envolvendo retenção de crenças. Para isto repetirei um exemplo dado anteriormente contra outras versões da Teoria Causal da referência, e sustentarei que ele também pode ser usado para mostrar falhas na perspectiva de Perry. Penso que o erro de Perry é considerar um elo causal de um tipo apropriado condição suficiente para a referência bem-sucedida.

O artigo é dividido em cinco seções. Na primeira apresento um esboço da teoria que defendo. Na segunda, apresento a versão da Teoria Causal defendida por Perry. Ambas serão apresentadas apenas em caráter de esboço, sem mencionar detalhes que poderiam ser interessantes. Na terceira e quarta apresento e discuto um contraexemplo a Perry, sustentando que a sua teoria falha em explicar casos de retenção de crença. Embora não seja meu principal objetivo, sugerirei, na quinta seção, que a minha perspectiva sobre a referência é mais promissora que a de Perry.

## I

Antes de iniciar a discussão, é preciso fazer algumas observações preliminares. Alguma independência entre *referir-se* por um nome e *entender* o que foi dito através de um nome pode lhe parecer plausível. Evans deu alguma importância a isto. Pense no seguinte exemplo. Imagine que você esteja recebendo a visita de um amigo inglês que não fala ou entende português. Ambos estão numa festa, aqui no Brasil, e seu amigo demonstra nítido interesse em conhecer uma

garota. Então seu amigo lhe pergunta (em inglês) como pode dizer, em português, que está interessado nela. Você então lhe explica que ele deve proferir a seguinte frase para ela.

1) Hitler foi uma boa pessoa.

Após treinar a pronúncia da frase, seu amigo vai até a garota e, com um sorriso no rosto, profere 1. A garota, chocada com o que ouviu, vai embora. Pergunte-se: terá seu amigo se referido a Hitler através do proferimento de 1? Quem aceita que o inglês teve sucesso em se referir a Hitler e dizer algo sobre ele, tem de aceitar alguma distinção entre *referir-se* e *entender*. Pois está claro pelo exemplo que o inglês não foi capaz de entender o que fez. Sua intenção era dizer que estava interessado na garota, e ele pensou estar dizendo isto quando proferiu 1. Assim, mesmo que ele tenha se referido a Hitler por 1, ele não entendeu o que foi dito pelo seu proferimento. Ele se referiu através de um nome sem ser capaz de entender o que o nome diz.

Eu penso que casos como este se baseiam em uma confusão entre um falante *ter de fato sucesso em se referir por um nome* e *os ouvintes terem razões para pressupor que o falante teve sucesso*. Nosso inglês não teve realmente sucesso em se referir a qualquer pessoa pelo proferimento de 1. Mas a garota tinha razões para pressupor que ele teve. (Ela não sabia que ele não conhecia o idioma, não sabia que estava sendo enganado, etc.). Seja como for, não vou argumentar a favor disto aqui. Menciono o ponto apenas para ressaltar que, daqui por diante, quando falar em referência, estarei arbitrariamente me restringindo aos casos nos quais os usuários do nome são capazes não apenas de se referirem, mas também de entender o que dizem com o nome.

Alguém que aceite a distinção acima entre referir-se e entender pode pensar que um falante que é meramente capaz de se referir por um nome (mas não de entender o que o nome diz) não é capaz de usar o nome para expressar e sustentar crenças sobre o referente. Neste artigo, contudo, estou interessado justamente nos casos envolvendo crenças. Assim, quando dizer que um falante é capaz de se

referir, também estarei aceitando que é capaz de sustentar e ter crenças sobre o referente do nome.

O problema da referência dos nomes próprios envolve, como nota Devitt (1981: 26-32, 1999: 66), pelo menos dois fenômenos. O primeiro é o da *fixação da referência*. Casos de fixação da referência são aqueles em que atribuímos um nome a um objeto. Geralmente isto é feito com um batismo, que pode ser cerimonial ou informal. O segundo é o fenômeno da *referência por empréstimo* ou *referência parasitária*. Após um nome ser atribuído a um objeto, ele pode ser difundido de falante para falante formando uma longa cadeia que vai muito além da circunstância de atribuição. Alguém usa um determinado nome, você ouve, e torna-se capaz de usar o mesmo nome para se referir ao mesmo objeto. Dizemos que você *tomou de empréstimo* a capacidade que o outro tinha de se referir pelo nome. O foco deste artigo será o segundo tipo de caso, isto é, a referência por empréstimo.

Uma *Teoria da Identificação* é aquela que aceita que a identificação é uma condição necessária para o sucesso da referência. De modo mais preciso, uma condição necessária para que um sujeito S tenha sucesso em se referir a um objeto *x*, através de um nome N, é que ele seja capaz de identificar *x*. Entende-se *ser capaz de identificar x* como ser capaz de diferenciar *x* de todos os outros objetos do mundo.

Nesta concepção, portanto, o Descritivismo Clássico, normalmente atribuído a Frege e Russell, é uma teoria da identificação. O mesmo vale para o Descritivismo Causal de Kroom (1987), Lewis (1984) e Jackson (2010). Estas perspectivas têm em comum o fato de aceitarem que pelo menos uma condição necessária para o sucesso da referência através de um nome é que o falante saiba que o referente do nome é o único a satisfazer alguma condição.<sup>3</sup> Mas saber que um objeto é o único a satisfazer uma determinada condição é um modo de diferenciar este objeto de todos os outros do mundo. Ou seja, de identificar este objeto. Mas nem toda versão de Teoria da Identificação precisa ser Descritivista neste sentido. A perspectiva

---

<sup>3</sup> Mas nem toda forma de Descritivismo precisa ser uma Teoria da Identificação. Pode-se imaginar, por exemplo, que a condição determinante da referência não precisa ser conhecida por cada usuário do nome, mas pela comunidade como um todo.

que apresento a seguir é um exemplo de teoria da identificação, mas não é um caso de teoria descritivista.<sup>4</sup>

Para facilitar a discussão, chamemos de *consumidor* a cada usuário de um nome que se refere por empréstimo pelo nome.<sup>5</sup> Agora, a ideia é que consumidores usam nomes como mecanismos de identificação. Isto é, eles usam os nomes para identificar objetos. Você pode objetar que isto seria extremamente implausível, dado que diferentes objetos podem possuir o mesmo nome. O nome “Sócrates”, por exemplo, é usado para falar de dois indivíduos distintos, o jogador do Corinthians e o filósofo. Sendo assim, a mera posse deste nome não me permitirá diferenciar um do outro. Consequentemente, não me permitirá identificar qualquer um deles. Aliás, dado que é uma prática comum de nossa comunidade usar um mesmo nome para diferentes indivíduos, seria implausível sugerir que nomes servissem como mecanismos de identificação.

A objeção está correta, e revela outro aspecto importante da teoria. Nomes são apenas parte de um material maior que usamos para identificar seus referentes. Chamei este material anteriormente de *material identificador* (Salles, 2013: 62). Chamei à outra parte deste material, seguindo Jackson, de *marcadores*. Assim, o material identificador de alguém pode, por exemplo, ser formado por um nome + marcadores como “é um filósofo”, “é um jogador de futebol”, etc. Portanto, embora nomes sirvam como mecanismos de identificação, eles não têm de fazer seu trabalho sozinho.

Voltemos ao caso do nome “Sócrates”. Existem pelo menos dois objetos com este nome, de modo que a mera posse do nome não nos permitirá identificar qualquer um em particular. Neste contexto, podemos usar os marcadores que associamos ao nome para tornar nossa busca mais precisa. Marcadores como “é um filósofo”, “é grego”, etc. nos permitem diferenciar um indivíduo particular *dentre todos aqueles chamados “Sócrates”*.

---

<sup>4</sup> Quando digo que minha perspectiva não é descritivista, quero dizer que não está comprometida com a tese de que uma condição necessária para um falante S se referir a um objeto O, através de um nome N, é que S tenha conhecimento proposicional de que o referente do nome é o único a possuir uma propriedade determinada. Conforme veremos, minha teoria não nos compromete com isto.

<sup>5</sup> Tomo o termo *consumidor* de empréstimo de Evans (1982) e McCulloch (1989: 282-283).

Com isto, não estou sugerindo que os marcadores têm de ser *verdadeiros* dos referentes dos nomes para que a identificação ocorra. Um modo natural de interpretar a perspectiva acima seria pensar que o indivíduo identificado é aquele chamado “Sócrates” que *de fato* for um filósofo, for grego, etc. Não é esta a minha sugestão. O que importa não é que os marcadores sejam verdadeiros do referente do nome, mas que sejam informações difundidas acerca do referente. Assim, o objeto identificado será aquele chamado “Sócrates” acerca de quem os marcadores “é um filósofo”, “é grego”, etc. forem informações difundidas. Com algumas exceções, a verdade dos marcadores não importa.

Além disso, não estou sugerindo que o usuário do nome tenha de ter conhecimento proposicional de alguma descrição metalinguística como “o referente de N é quem quer que seja o objeto chamado N acerca de quem os marcadores tais e tais são difundidos”. Muito menos que os falantes comuns tenham que ser capazes de especificar quaisquer condições deste tipo. Minha sugestão é apenas que os falantes *sabem como* usar seu material identificador para fins de identificação. Em outras palavras, um consumidor que usa um nome N com sucesso em se referir tem a habilidade prática de identificar o seu referente como aquele chamado N acerca de quem seus marcadores são difundidos.

Para tornar um pouco mais claro como a coisa toda funciona, pense no seguinte exemplo. Imagine que um grande historiador da filosofia descubra que Sócrates não foi realmente um filósofo, e sequer era grego. Sócrates foi apenas um amigo íntimo de Platão, e este difundiu um conjunto de estórias sobre ele. Suponha que nosso historiador publique um artigo em uma renomada revista de filosofia. Agora, imagine que todo o material identificador que um falante chamado “João” possua seja o nome “Sócrates” + o marcador “foi um filósofo da Grécia antiga”. Neste caso, embora João não saiba, nenhum de seus marcadores é uma informação verdadeira acerca de Sócrates. Mas isto não o impede de identificar Sócrates através de seu material identificador. Suponha que ele tente fazer uma busca no Google, a fim de aumentar seus conhecimentos sobre Sócrates. Coincidentemente, o primeiro artigo que ele clica é o de nosso historiador. Este artigo está repleto de frases como “ao contrário do que todos pensam, *Sócrates* não foi realmente um

*filósofo*, sequer era *grego*". João estará em perfeitas condições de perceber que o artigo trata da mesma pessoa que ele procurava. Não porque seu marcador é verdadeiro (ele não é!), mas porque ele é difundido. O indivíduo que ele encontrará será aquele chamado "Sócrates" acerca de quem seus marcadores são informações (verdadeiras ou não) difundidas. O que é realmente importante para a determinação do referente do nome "Sócrates", como usado por João, é que ele encara seus marcadores como informações difundidas acerca do referente.

Por fim, repare que uma condição necessária para o sucesso de João em se referir pelo nome "Sócrates" é que exista ou tenha existido uma prática anterior de usar este nome na qual seus marcadores foram difundidos acerca do referente. Isto não é uma desvantagem, dado que o que queremos explicar é o empréstimo da referência. Os casos de empréstimo da referência são justamente aqueles nos quais o sucesso de um falante em se referir é explicado em termos do sucesso de outros falantes.

Isto sugere a seguinte imagem geral sobre como um falante *S* pode identificar o referente de um nome *N*. *S* deve dispor de um material identificador, formado pelo nome *N* + um marcador – ou um conjunto de marcadores – *£*. *S* pode usar *N* para procurar alguém chamado *N*. Mas dado que há vários indivíduos chamados *N*, isto não será suficiente.<sup>6</sup> Assim, *S* pode usar seu marcador *£* para distinguir um indivíduo específico dentre aqueles chamados *N*: aquele acerca de quem *£* é uma informação difundida. Para que a identificação de *S* tenha sucesso, é necessário que exista uma prática de usar o nome *N* para se referir a um objeto *x*, na qual *£* seja uma informação difundida acerca de *x*.

## II

Sustentei anteriormente que a perspectiva esboçada acima é superior a algumas versões da Teoria Causal da referência. Nomeadamente, as de Kripke (1972:91), Devitt (1981, 1999) e Donnellan (1974). O caso do último é um pouco mais complicado porque ele mesmo parece ser reticente quanto ao papel da causalidade na referência. Do modo como o interpreto, o essencial de sua teoria é apenas que a referência é um fenômeno histórico, e não que é causal.

---

<sup>6</sup> Na verdade, o próprio conhecimento do falante de que é permissível que diferentes objetos possuam o mesmo nome seria suficiente para que o falante, sendo competente, não usasse nomes isolados de seus marcadores como mecanismos de identificação.

Mas o que seria uma Teoria Causal da referência parasitária dos nomes? Neste texto, trato por Teoria Causal qualquer teoria que aceite que um elo causal de um tipo apropriado é, no mínimo, uma condição suficiente para a referência por nomes. De modo mais preciso, uma condição suficiente para um sujeito *S* se referir a um objeto *x*, através de um nome *N*, é que ele esteja em uma relação causal apropriada com *x*. Eu ignoro se tal elo é uma condição necessária ou não. Seja como for, segue-se disso que a identificação não é uma condição necessária para o sucesso da referência. Nesta formulação, a Teoria Causal é inconsistente com a Teoria da Identificação.

Tanto Kripke como Devitt forneceram versões sobre como a referência dos consumidores funciona. Ambos sustentaram que um elo causal de um tipo apropriado é, pelo menos, uma condição suficiente para o sucesso do empréstimo da referência. Ambos aceitam, por exemplo, que um consumidor pode ter sucesso em se referir a algo por um nome mesmo que (i) não conheça qualquer condição que somente o referente do nome satisfaz, (ii) não seja capaz de identificar o referente, (iii) não se lembre que lhe introduziu o nome, etc. Mas foi Devitt quem tornou a teoria mais precisa.

Resumidamente, a perspectiva de Devitt sobre a referência parasitária é a seguinte:

*Ao ouvir S proferir o nome N para se referir a x, um sujeito S' pode, devido a uma relação causal com S (ele ouviu o proferimento de S), adquirir a habilidade de usar N para se referir a x.*

A ideia é que um consumidor adquire a habilidade de usar um nome *N* para se referir a um objeto *x* ao entrar em contato com o exercício que outro sujeito faz de sua habilidade. Imagine que você seja capaz de se referir a Sócrates, mas eu não. Então, você me diz que Sócrates foi um grande filósofo. Neste momento, você exercitou a sua habilidade de usar o nome “Sócrates”. Ao ouvir o que disse, eu adquiro a habilidade de usar o mesmo nome para me referir ao mesmo indivíduo ao qual você se referiu. O mesmo poderia acontecer se eu lesse uma frase proferida por você contendo o nome “Sócrates”. Mas onde está o elo causal? Resposta: Devitt



está interpretando a percepção (ouvir, ver, etc.) como um tipo de relação causal. Uma condição suficiente para o sucesso da referência de um consumidor é que tudo corra bem com estes elos que, no fim das contas, recuarão até a situação do batismo do referente.

Perry aceita que a existência de um elo causal apropriado é uma condição suficiente para o sucesso da referência através de nomes. O diferencial de sua versão é que o importante para o elo causal é a informação associada ao nome, e não o nome em si. Na perspectiva de Devitt, quando vamos contar a história do elo causal, temos de nos focar nos diferentes proferimentos do nome, passando de falante para falante. Na perspectiva de Perry, o que é realmente importante é olhar para a história da difusão das informações que o consumidor associa ao nome. Em suas palavras:

(...) that it is not the name itself (ersatz or proper) that is of interest, but the grouping of predicates. It is the predicates grouped that lie at the end of a causal chain originating with the person I am thinking about.<sup>7</sup>

Para tornar a ideia mais clara, comecemos do começo. Primeiro, Perry apela a uma noção teórica muito próxima daquilo que chamei anteriormente de *material identificador* e outra próxima daquilo que chamei de *marcadores*. À primeira, ele chama de *arquivo*, à segunda, de *feixes ou agrupamentos de predicados*. Um arquivo pode ser formado por um nome + um agrupamento de predicados, exatamente como o material identificador o pode. Como na perspectiva apresentada na parte anterior, este agrupamento de predicados é, ou representa, informações acerca do referente do nome. Mas Perry pensa que um consumidor não precisa usar este material para identificar o referente. O referente do nome será quem quer que seja a origem causal das informações contidas no arquivo. Portanto, enquanto na minha perspectiva o material tem também uma função identificadora, na perspectiva de Perry ele tem apenas uma função causal. Mais uma vez, elo causal é uma condição suficiente para o sucesso da referência.

---

<sup>7</sup> Perry, John (1980). A Problem About Continue Belief. In: *The Problem of the Essential Indexical*. Oxford University Press, 1993, pp. 69-90. p.85.

Não é minha intenção entrar em detalhes sobre a ontologia dos arquivos ou do material identificador. O próprio Perry parece ter a intenção de que sejam entidades mentais ou estejam de algum modo localizados no cérebro. Mas ele também não vai muito além. Para os nossos propósitos, a natureza dos arquivos não importa.

Uma consequência interessante deste tipo de perspectiva é que os nomes são, em certo sentido, dispensáveis. Podemos ter um arquivo formado apenas por predicados. Não é difícil pensar num exemplo em que isto ocorra. Imagine que uma testemunha ocular de um crime vá depor na delegacia. Ela diz ao delegado coisas como “ele era gordo, alto, e muito violento”. O delegado lhe pergunta se sabe o nome do suspeito. A testemunha responde que “não”. Nossa testemunha havia adquirido várias informações sobre o suspeito no dia anterior, formando um arquivo contendo predicados como “x é gordo”, “x é alto”, etc. Mas o arquivo não contém qualquer nome. Isto não impede a testemunha de ser capaz de se referir ao sujeito, muito menos de formar e reter crenças sobre ele.

O mesmo pode ser dito de minha perspectiva. Os marcadores de um indivíduo podem ser suficientemente ricos para permitir-lhe identificar um objeto independentemente de ele possuir um nome. Para pensar em outro exemplo, imagine que um especialista em Platão, devido a um caso raro de amnésia, esqueça o nome do indivíduo acerca de quem ele é especialista. Ele continua lembrando do que aprendeu, apenas esquece o nome. Sem dúvida, isto não o impede de fazer referência a este indivíduo, nem de manter suas crenças sobre ele.

A possibilidade destes casos coloca problemas interessantes. Se nomes são dispensáveis, então qual é, afinal, a sua utilidade? Eles têm alguma utilidade? Problemas como estes serão ignorados aqui. Me concentrarei apenas em casos envolvendo nomes próprios.

É preciso reconhecer que nem a minha perspectiva nem a de Perry são totalmente claras quanto a alguns pontos. Está Perry exigindo que cada informação presente no arquivo tenha de ser causalmente derivada do referente do nome? Ou pode ser o caso que algumas poucas informações falhem em satisfazer esta condição? A coisa pode ser ilustrada por um exemplo. Eu acredito que Sócrates é um grande filósofo. João acredita que Sócrates é o maior jogador do Corinthians.

Obviamente, nós temos pessoas diferentes em mente. Mas não sabemos disso. Ao contar a João que Sócrates foi um grande filósofo grego, ele pensa que estou falando do jogador. Então, acrescenta o predicado “x é um grande filósofo grego” ao seu arquivo sobre o jogador. Agora, uma das informações que seu arquivo contém é causalmente derivada do filósofo, mas todas as outras são derivadas do jogador. João ainda será capaz de se referir e ter crenças sobre algum deles?

Novamente, o mesmo problema pode ser colocado para a minha perspectiva, embora fosse apropriado falar em outros termos. O material identificador de João, após o processo, conterá tanto informações difundidas sobre o filósofo quanto sobre o jogador. João ainda será capaz de se referir e ter crenças sobre algum deles? Problemas como este também serão ignorados ao longo do texto. As teorias acima serão propositalmente mantidas vagas e em caráter de um esboço.

Por fim, deixe-me dizer alguma coisa sobre a motivação de Perry para a sua teoria. A principal motivação é a sua aparente capacidade de lidar com problemas envolvendo aquisição e retenção de crenças. Casos de retenção de crença são aqueles em que um indivíduo mantém uma mesma crença ao longo do tempo. Suponha que ontem você tenha se encontrado com Maria e adquirido a crença de que ela está rica. Hoje você conta a novidade para um amigo: Maria está rica, sabia? Neste caso, você claramente reteve uma crença por um período de tempo. Ontem você *adquiriu* a crença de que Maria está rica, hoje você *continua* acreditando nisto. Este é um caso simples, e não esperamos que alguma teoria plausível tenha dificuldades em lidar com ele. Mas existem casos mais complicados.

Para se ter uma leve ideia, voltemos ao suposto fato de nomes serem, no sentido antes mencionado, dispensáveis. Vimos dois tipos de casos. No primeiro, o indivíduo adquire e retém uma crença sobre o suspeito sem nunca ter possuído um nome para ele. No segundo, o indivíduo perde o nome que possuía, mas ainda retém crenças sobre o seu referente (Platão). Perry pode tratar os dois casos facilmente, pois o que é relevante para a determinação do referente e retenção de crenças não é o nome, mas as informações contidas no arquivo. Em ambos os casos, os indivíduos continuam possuindo um arquivo com determinado número de informações causalmente derivadas de um determinado objeto. O que faz com

que o objeto da crença do primeiro seja o suspeito é que estas informações são causalmente derivadas do suspeito. O que faz com que o objeto da crença do segundo seja Platão é que suas informações são causalmente derivadas de Platão. Em suma, o que garante a retenção é o fato de, em cada caso, um mesmo indivíduo estar na origem causal das informações o tempo todo.

O tipo de perspectiva da identificação apresentado anteriormente também dá conta destes casos. A diferença é que a explicação seria dada em termos de identificação. Em ambos os casos, o sujeito manteria a sua capacidade de identificar um objeto independentemente de nunca ter tido ou ter perdido o nome.

Seja como for, penso que a perspectiva de Perry não fornece um tratamento adequado seja da referência, seja da retenção de crenças.

### III

Nas próximas seções, defendo que a teoria causal de Perry não dá conta realmente dos casos de retenção de crença. A estrutura de meu argumento será a seguinte. Primeiro, apresento um caso envolvendo a habilidade de um falante de usar um mesmo nome para se referir e sustentar crenças sobre duas pessoas diferentes. Mais especificamente, nosso falante será capaz de usar o nome para sustentar uma crença C1 e outra crença C2, em que C1 e C2 são crenças sobre indivíduos diferentes. Em seguida, imagino um momento posterior específico do tempo, e coloco a seguinte pergunta: terá nosso falante retido as crenças C1 e C2? O objetivo é investigar o que a teoria de Perry nos diz sobre este caso. Sustentarei que existem três possibilidades de resposta, e defenderei que nenhuma das três está disponível a ele. Então concluo que a sua versão de teoria causal não dá conta deste caso. Por fim, explico como a perspectiva da identificação apresentada anteriormente pode tratar o mesmo caso, e sustento que ela é superior à de Perry. Passemos então ao exemplo.

Imagine uma conversa entre Marcos e seu amigo. Marcos não está interessado no que seu amigo diz, mas vez em outra finge estar prestando atenção. Em uma destas vezes, ele ouve o seguinte:

2) Maria é legal.

Depois disto, Marcos se distrai novamente. Ao longo do tempo, ele percebe que seu amigo começa a falar de outra pessoa, também chamada “Maria”, mas não presta atenção no que diz. Pouco depois ele ouve o seguinte:

3) Maria é legal.

Marcos sabe que 3 foi proferida para falar de outra pessoa, diferente da pessoa referida em 2. Suponha que tudo tenha corrido bem com ambos os proferimentos de seu amigo. Em outras palavras, seu amigo teve sucesso em se referir tanto por 2 quanto por 3.

Antes de começarmos a discutir este exemplo, façamos algumas estipulações. Sabemos que a pessoa referida pelo proferimento de 2 é diferente da pessoa referida pelo proferimento de 3. Usarei “\*” para indicar quando estou falando da segunda. Assim, quando disser que Maria\* é tal e tal, estarei falando da pessoa referida por 3. Quando quiser falar do nome usado em 3, apenas acrescento aspas.

Penso que os seguintes pontos são intuitivos sobre o exemplo até agora.

- Marcos adquiriu a habilidade de se referir a Maria através do nome proferido em 2 (“Maria”).
- Marcos adquiriu a capacidade de se referir a Maria\* através do nome proferido em 3 (“Maria\*”).
- Marcos adquiriu, podemos supor, tanto uma crença sobre Maria (a crença de que Maria é legal) quanto uma crença sobre Maria\* (a crença de que Maria\* é legal). A primeira (C1) é uma crença diferente da segunda (C2).

Considero que nenhum dos pontos acima requer maior argumentação. Qualquer um que queira recusar algum (se houver quem o faça) terá o ônus da prova.

Mas agora continuemos com o exemplo. Imagine que Marcos finalmente se liberta de seu amigo e vai para casa. Cansado, ele só quer uma noite de sono. Ao acordar, lembra que foi introduzido a duas (e somente duas) pessoas chamadas

“Maria”, que ambas eram legais e que se tratava de pessoas diferentes.<sup>8</sup> Ele não se lembra de qualquer outra coisa. Não sabe quem lhe introduziu os nomes, nem quando foi, etc. Em outras palavras, Marcos tem a seguinte crença:

C3: Existem duas, e somente duas, pessoas diferentes chamadas “Maria” que me foram introduzidas.

Repare que C3 é uma crença claramente diferente tanto de C1 quanto de C2. Se você ainda não está convencido disto, talvez a formalização ajude. Deixe “F” representar o predicado “chama-se “Maria””, e “G” representar o predicado “foi introduzido a Marcos”. A crença C3 pode ser formalizada como segue:

$$\exists x \wedge \exists y: [(x \neq y) \wedge (Fx \wedge Fy) \wedge (Gx \wedge Gy) \wedge \forall z ((Fz \wedge Gz) \rightarrow (z=x \vee z=y))]$$

Obviamente, nem a crença C1 nem a crença C3 possui esta forma lógica. Agora, pergunte-se: terá Marcos retido a sua crença de que Maria é legal ou a crença de que Maria\* é legal? Em outras palavras: Marcos reteve as crenças C1 e C2?

Há três possibilidades de resposta, que cito abaixo:

Opção 1: Marcos reteve tanto C1 quanto C2.

Opção 2: Marcos reteve somente uma das duas crenças acima (C1 ou C2).

Opção 3: Marcos não reteve nem C1 nem C2.

No que segue, considero todas as possibilidades acima, e sustento que nenhuma das opções está disponível a Perry. A conclusão é que a teoria não prediz qualquer resultado satisfatório para o exemplo acima.

#### IV

Antes de mais nada, repare que Marcos poderia usar certos artifícios para se referir e sustentar crenças sobre uma das duas garotas em particular. Ele poderia estipular, por exemplo, que deseja falar daquela pessoa, dentre as duas que lhe foram apresentadas, que nasceu primeiro. Não há dúvidas de que, neste caso, ele

---

<sup>8</sup> O termo “introduzido” não deve sugerir que Marcos pense que foi apresentado às duas garotas pessoalmente. De fato, podemos supor que ele não sabe se foi introduzido às garotas pessoalmente ou se apenas ouviu, como realmente aconteceu, alguém lhe proferir os nomes.

poderia se referir e sustentar crenças sobre esta pessoa. Por exemplo, se Maria\* foi a primeira a nascer, então ele poderia sustentar uma crença sobre Maria\*.

Este caso, contudo, não nos ajuda muito. Primeiro, porque nós podemos simplesmente restringir nossa pergunta ao momento em que ele acordou, antes de ele fazer qualquer estipulação deste tipo. Segundo, e mais importante, supor que qualquer estipulação deste tipo é necessária seria um ponto a favor de teorias da identificação e contra perspectivas causais como a de Perry. Ora, ao fazer esta estipulação, Marcos está identificando o objeto de sua crença como a primeira a nascer, dentre as duas que lhe foram apresentadas. Perspectivas causais recusam que identificação seja uma condição necessária para referência. Terceiro, sequer seria claro se, após a estipulação, ainda temos um caso de retenção de crença, que é o que nos interessa.<sup>9</sup> Assim, devemos imaginar que Marcos não fez qualquer estipulação deste tipo. Dito isto, passemos à discussão do exemplo, considerando cada opção de resposta da seção anterior.<sup>10</sup>

*Opção 1: Marcos reteve tanto a crença C1 quanto a crença C2.* Para aceitar esta opção, Perry teria de sustentar que Marcos possui dois arquivos diferentes. Ambos os arquivos teriam o nome “Maria” + a informação de que o seu referente é legal e diferente do referente do nome contido no outro arquivo. A informação contida em um arquivo seria causalmente derivada de Maria, e a informação contida no outro seria causalmente derivada de Maria\*. Somente este estado de coisas permitiria a Perry sustentar que Marcos reteve ambas as crenças.

Penso que isto é implausível. Marcos não reteve as duas crenças. Para notar isto, imagine que ele tente contar a José uma das duas crenças que reteve. Tanto faz se você imagina que conta que Maria é legal ou se conta que Maria\* é legal.

---

<sup>9</sup> Afinal, poderia ser o caso que ele simplesmente perdeu a crença e, após a estipulação, passou a acreditar naquilo novamente. Mas isto é diferente de reter uma crença. Além disso, não é óbvio que este caso envolvendo a estipulação envolva uma crença do mesmo tipo que Marcos tinha antes. Mas isto envolve problemas que não nos dizem respeito aqui.

<sup>10</sup> Em discussões deste texto, eu sou repetidamente apresentado a esta pergunta: mas Marcos não poderia falar daquela que nasceu primeiro? Ou não poderia usar artifícios que o permitiria distinguir a pessoa de quem ele fala de todos os outros objetos? Não poderia estipular uma propriedade, por exemplo, que somente uma delas satisfaz? A resposta, ad nauseum, é “sim, ele poderia fazer isto tudo”. Mas isto não afeta a questão principal: tais estipulações ou artifícios são necessários para o sucesso da referência de Marcos? Se sim, então nós já temos um argumento contra a teoria causal de Perry, que alega que um elo causal é condição suficiente. Por outro lado, se a resposta é “não”, então podemos prosseguir com o exemplo apenas assumindo que elas não ocorrem.

Como ele poderia fazer isto? Ele poderia apelar a artifícios como *aquela que nasceu primeiro*. Poderia dizer coisas como: conheci duas pessoas chamadas “Maria”, e me refiro à mais nova. Mas, como vimos, tais artifícios estão vetados. Tudo que ele possui é a crença de que foi introduzido a duas pessoas com este nome e que ambas eram legais. Neste contexto, seria implausível supor que ele fosse capaz de contar ao José uma das crenças que adquiriu. A suposição de que ele possui os dois arquivos nos leva à conclusão de que Marcos tem uma crença que não pode expressar.

Suponha que Marcos tente expressar uma de suas crenças através de 4.

4) Maria é legal.

Qual crença ele está expressando? Está ele expressando C1 ou C2? Qualquer escolha aqui seria arbitrária. A razão de ser arbitrária é que ele não é capaz de expressar qualquer uma das crenças.<sup>11</sup>

A primeira objeção que alguém pode fazer a isto é que estou confundindo ter uma crença com ser capaz de expressá-la. Marcos reteve ambas as crenças, mas acontece que não pode expressá-las. Isto não é absurdo. Para pensar num exemplo radical, há alguma plausibilidade na ideia de que cachorros possuem crenças, mas não são capazes de expressá-las linguisticamente. Mas não se trata de cometer esta confusão. O problema com o caso de Marcos é que estamos assumindo que ele possui um arquivo contendo um nome mais uma informação causalmente derivada de um objeto. Além disto, assumimos que isto é condição suficiente para a referência e retenção de crenças. Mas, em seguida, negamos que ele possa expressar a sua crença. O que é implausível é a ideia de que ele possa usar este material para reter uma crença, mas não para expressá-la.

Outra objeção consiste em recusar que Marcos não possa expressar a sua crença. Ao proferir 4, ele expressou alguma das duas crenças que possui. Apenas

---

<sup>11</sup> Repare que a tese de que Marcos não é capaz de expressar qualquer uma das duas crenças em particular é consistente com a tese de que ele expressa *alguma* crença ao proferir 4. Uma hipótese, por exemplo, é que ele refira conjuntamente às duas mulheres através de 4. Quando eu digo “meus pais estão em casa”, refiro simultaneamente a meu pai e a minha mãe. Do mesmo modo, talvez Marcos refira simultaneamente a Maria e a Maria\* quando profere 4. Deve-se notar, contudo, que isto não afeta o argumento que apresento logo em seguida. O argumento só depende da suposição de que ele é incapaz de expressar tanto a crença específica de que Maria é legal, quanto a crença específica de que Maria\* é legal. Nem a possibilidade de que ele seja incapaz de expressar qualquer crença que seja, nem a possibilidade de que seja capaz de expressar alguma outra crença (como a de que ambas são legais) afeta o ponto do meu argumento.



acontece que nem nós nem Marcos sabemos qual é. Quando proferiu 4, Marcos *acessou* um de seus arquivos. Se o arquivo que ele acessou contém informações causalmente derivadas da Maria, então ele expressou a crença C1. Se contém informações causalmente derivadas de Maria\*, expressou uma a crença C2.

A razão pela qual acho isto implausível é que retira totalmente a responsabilidade de Marcos pelo que expressa. Lembre-se que Marcos não saberá explicar de qual das duas pessoas chamadas “Maria” ele fala. Tudo que ele sabe é que foi introduzido a duas e que ambas eram legais. Nada disso lhe permite sustentar que fala de uma delas em particular pelo proferimento de 4. Ele simplesmente profere uma frase, e seu cérebro faz todo o trabalho por ele. É como se ele pudesse decidir “vou proferir 4 para falar de uma das duas pessoas que me foram apresentadas” e depois, seu cérebro decidisse de qual delas ele fala. Parafraseando Armstrong sobre Quine, Marcos tem poder sem ter responsabilidade.

Resumindo. Começamos com a suposição de que Marcos reteve os dois arquivos. Neste caso, teria retido ambas as crenças C1 e C2. Sustentei que, se ele reteve alguma das duas crenças, seria capaz de expressá-la. Mas ele não é capaz de expressar qualquer uma das duas. Logo, não reteve qualquer uma. Talvez ele tenha retido alguma crença, diferente destas, ou talvez não tenha retido qualquer crença, mas isto em nada afeta o ponto do argumento.

*Opção 2: Marcos reteve somente uma das duas crenças.* Neste caso, ele terá retido uma crença acerca de uma das duas garotas. Para isto, ele tem de ter preservado pelo menos um dos dois arquivos. Se o arquivo contém informação causalmente derivada de Maria, então ele reteve a crença de que Maria é legal (C1), mas se o arquivo contém informação causalmente derivada de Maria\*, então reteve a crença de que Maria\* é legal (C2).

Talvez o que tenha tornado implausível a ideia de que Marcos fosse capaz de expressar suas crenças no caso anterior foi a suposição de que ele possuísse os dois arquivos. Se supormos que ele possui apenas um, tudo correria bem. Ao proferir 4, Marcos acessa aquele arquivo que possui.

Mesmo que isto fosse plausível (e não penso que seja), teríamos o problema de explicar por que apenas um arquivo foi retido. O que há de especial em relação a um arquivo que o outro não tem? O exemplo não parece dar margem para sustentar que um deles tem algo de especial, que fez com que fosse retido. Nem mesmo para sustentar que um deles tem algo de problemático, que fez com que não fosse retido. O mais plausível seria sustentar ou que Marcos tem os dois ou que não tem qualquer um dos dois arquivos. Conclusão, a opção 2 não está disponível à Perry.

*Opção 3: Marcos não reteve nem C1 nem C2.* Para sustentar isto, Perry teria de afirmar que Marcos não reteve qualquer um dos arquivos, nem aquele com informação causalmente derivada de Maria, nem aquele com informação causalmente derivada de Maria\*.

Que razão Perry poderia fornecer a favor de que Marcos perdeu os dois arquivos? Marcos lembra que foi apresentado a duas pessoas diferentes, cada uma delas chamada “Maria”. Ele também sabe que recebeu o predicado “x é legal” de cada uma delas. Nada parece ter prejudicado a permanência dos arquivos. Nós temos o predicado “x é legal” ocorrendo ora como causalmente derivado de um indivíduo, ora como causalmente derivado de outro. O que impediria o nome “Maria” de estar associado a um destes predicados formando um arquivo e ao outro deles formando outro arquivo? Não vejo um elemento na teoria de Perry que nos permita responder a isto.

Talvez o problema esteja no fato de haver dois arquivos contendo o mesmo nome. Mas isto não pode ser um problema. Nós frequentemente somos capazes de nos referirmos a indivíduos diferentes através do mesmo nome. Sou, por exemplo, capaz de me referir a dois indivíduos diferentes chamados “Sócrates”. Também o fato de os arquivos conterem o mesmo predicado não deve ser importante. Afinal, somos capazes de nos referirmos a vários indivíduos que satisfazem o predicado “x é bonito”.

Outra opção seria alegar que o problema está no fato de os arquivos conterem o mesmo nome e o mesmo predicado ao mesmo tempo. Em outras palavras, não poderia haver dois arquivos com *as mesmas coisas dentro*. Para que a coisa funcione bem, o material de cada arquivo teria de ser diferente. Penso que

isto está na direção correta, mas esta resposta também não está disponível a Perry. Ele teria de explicar por que o material é importante numa perspectiva na qual o que determina o objeto de uma crença é a origem causal das informações. Seria necessário uma justificativa para aceitarmos uma restrição geral à formação de arquivos com o mesmo material. Esta justificativa terá de ser consistente com uma perspectiva causal, que aceita um elo causal apropriado como *condição suficiente* para a referência.

A situação é a seguinte. Antes de ir dormir, Marcos possuía duas crenças diferentes. A crença de que Maria é legal e a crença de que Maria\* é legal. Perry explica isto alegando que ele tinha dois arquivos diferentes, cada um contendo pelo menos o nome “Maria” mais o predicado “x é legal”. Estamos supondo que, ao acordar, ele não possuía mais qualquer arquivo. O que Perry tem dificuldades de explicar é o que deu errado neste processo.

Uma última alternativa seria alegar que o elo causal foi perdido porque os arquivos se misturaram. Antes, Marcos possuía dois arquivos contendo informações causalmente derivadas de dois indivíduos diferentes. Após acordar, de algum modo as informações se misturaram e formaram um único arquivo contendo informações sobre dois indivíduos diferentes.<sup>12</sup> Como os elos causais se misturaram, ele perde a capacidade de se referir e de sustentar crenças sobre os indivíduos isoladamente. Isto explica também porque ele não consegue, como vimos antes, expressar qualquer crença sobre um indivíduo particular através do proferimento de 4. Por fim, explica porque Marcos não reteve suas crenças.

Mas há razão para supor a existência de um único arquivo misturado? Marcos não fez nenhuma confusão deste tipo ao acordar. Ele não mistura informações sobre indivíduos diferentes. Ele lembra perfeitamente que foi introduzido aos nomes de *duas pessoas diferentes* e que recebeu informações sobre cada uma delas em particular. É difícil ver, neste contexto, como uma explicação causal poderia apontar para uma *mistura* dos arquivos ou da informação contida neles.

Em conclusão, a teoria de Perry apresenta problemas nos três casos possíveis. Ele não consegue explicar o que acontece com Marcos, se ele retém ou

---

<sup>12</sup> Este terceiro arquivo seria diferente dos dois anteriores. De modo que, neste sentido, Marcos perdeu os dois anteriores.

não suas crenças e a razão disto acontecer ou não. Lembremos que a motivação de Perry para a sua teoria era justamente a sua facilidade em lidar com problemas de retenção de crenças. Contudo, eu acabei de apresentar um caso de retenção de crenças do qual a teoria não dá conta. Meu diagnóstico é que há algo errado com esta teoria. Acredito que a teoria da identificação apresentada anteriormente pode ser usada para explicar o que está errado com a perspectiva de Perry.

## V

Termino considerando o que uma Teoria da Identificação, como aquela esboçada na parte I, nos diria sobre este exemplo. Primeiro, consideremos a situação de Marcos depois de acordar. Tudo que ele possuía naquela situação era a informação de que foi apresentado a duas pessoas chamadas “Maria” e que cada uma delas era legal. Assim, todo o material identificador que possui é o nome “Maria” mais o marcador “x é legal”. Mas este material identificador, obviamente, é insuficiente para identificar qualquer indivíduo particular. Dado que Marcos é incapaz de identificar qualquer indivíduo particular através deste material, ele também é incapaz de se referir e sustentar crenças sobre qualquer indivíduo particular. Portanto, ele não retém qualquer uma das duas crenças que possuía antes. Marcos não reteve nem C1 nem C2.

Repare que isto não é o mesmo que afirmar que ele fez qualquer confusão ou que misturou arquivos. Nós podemos, se desejarmos, supor que ele possuía duas daquelas entidades que Perry chama de *arquivos*. Cada uma contendo o nome “Maria” mais o marcador “é legal”. Ainda assim, contudo, ele não terá retido qualquer uma das duas crenças. Isto porque o que importa não é apenas a origem causal dos arquivos ou da informação contida neles, mas o que fazemos com o material contido neles. Este material é usado para identificação de objetos. Mas neste caso, devido ao fato de os dois arquivos conterem um material muito pobre, eles não servirão para este propósito. Marcos sequer é capaz de diferenciar Maria de Maria\* com o material que possui. Portanto, não é capaz de identificar qualquer uma das duas.

Dado o que Marcos se lembra, nós estamos intitulados a afirmar que ele possui, *pelo menos*, a crença de que *existe um x e existe um y, tal que: x e y são chamados “Maria”, x e y são legais, e x é diferente de y...* Isto é, Marcos possui a

crença C3. Mas esta é uma crença diferente tanto de C1 quanto de C2. Cada uma das duas últimas é uma crença sobre um objeto particular, C3 não. Ele está ciente de que foi introduzido duas vezes ao nome “Maria”, cada uma fazendo referência a um indivíduo diferente, e que recebeu a informação de que ambas eram legais. Mas isto é insuficiente para permitir-lhe identificar cada uma das pessoas em particular. Ele não é capaz de diferenciar Maria de todos os outros objetos do mundo, e nem é capaz de diferenciar Maria\* de todos os outros objetos do mundo. Mais uma vez, ele sequer é capaz de diferenciar uma da outra. Por isto, não possui nenhuma das duas últimas crenças.

Conforme dito antes, ele seria capaz se enriquecesse seu material com mais marcadores.<sup>13</sup> Ele pode fazer isto estipulando que deseja falar daquela, dentre as duas, que nasceu primeiro. Em todo caso, estipulações como esta envolvem uma peculiaridade. Seu sucesso em se referir dependeria de a estipulação feita ser verdadeira de um e somente um indivíduo. Se ele estipula que deseja falar daquela, dentre as duas chamadas “Maria” que lhe foram apresentadas, que nasceu primeiro, então seu sucesso em se referir dependerá de existir um e somente um indivíduo, dentre as duas, que nasceu primeiro. Este seria uma das exceções em que os marcadores teriam de ser verdadeiros do referente.

O mesmo pode acontecer em relação aos momentos antes de dormir. Marcos possuía tanto a crença de que Maria é legal como a de que Maria\* é legal. Mas era capaz de identificar cada uma de um modo próximo ao que foi dito acima. Ele poderia, por exemplo, identificar Maria como *a pessoa a quem seu amigo se referiu da primeira vez*, e Maria\* como *a pessoa a quem seu amigo se referiu da segunda vez*. A diferença é que no momento da conversação (e talvez tempo depois) ele não precisou fazer qualquer estipulação. Isto estava dado pelo contexto.

Portanto, a resposta ao exemplo reside no quão rico é o material identificador de Marcos. No momento depois de acordar, parece claro que o material é pobre e não lhe permite identificar ninguém em particular. Assim, ele não reteve as suas crenças. No momento da conversação parece claro que o

---

<sup>13</sup> Embora isto não signifique que ele reteve a crença.

material era suficientemente rico, de modo que Marcos era capaz de identificar ambas as mulheres, e sustentar crenças sobre cada uma delas em particular.

O mesmo valerá para os momentos após a conversação e, no entanto, antes de Marcos ir dormir. Suponha que Marcos conversou com seu amigo há duas horas, mas que ainda não foi dormir. Marcos reteve as duas crenças que tinha no momento da conversação? Isto dependerá da riqueza do material retido por ele. Se, neste momento, tudo que ele lembra é que foi introduzido duas vezes ao nome “Maria” e que o referente de ambos era legal, então não terá retido nem C1 nem C2. A sua retenção destas crenças dependerá de seu material identificador permanecer rico o suficiente para identificar cada uma das mulheres em particular.

Assim, conseguimos explicar tanto como Marcos pode possuir duas crenças diferentes em alguns momentos antes de ir dormir quanto por que não as possui depois de acordar. A perspectiva da identificação tem mais facilidade que a de Perry para lidar com o exemplo acima. O erro de Perry, penso, foi não ver o papel identificador do material do falante.

Em conclusão. Perry pensa que uma vantagem de sua Teoria Causal é explicar a retenção de crenças. O que garante a retenção de uma crença sobre  $x$  é a existência de um arquivo contendo informações causalmente derivadas de  $x$ . Sustentei que esta perspectiva não tem realmente sucesso em explicar a retenção de crenças. Fiz isto através do exemplo de Marcos. Defendi que nenhuma das respostas disponíveis a Perry é satisfatória quanto ao caso. Por sua vez, sugeri que a perspectiva da identificação apresentada na seção I é capaz de explicar o que acontece no caso de Marcos. A perspectiva de Perry é bem próxima da minha. A principal diferença é que acrescento um papel identificador aos marcadores, recusando que alguma espécie de elo causal seja condição suficiente para referência e retenção de crenças. Deve-se manter em mente, contudo, que nada disse sobre a necessidade de um elo causal.

Nem de longe isto é algo decisivo a favor da perspectiva da identificação. Isto principalmente porque existe um conjunto de exemplos que supostamente mostram que é demasiado exigente postular identificação como condição necessária para a referência. Há uma crença razoavelmente difundida de que falantes completamente ignorantes acerca do referente do nome podem, ainda

assim, ter sucesso em se referir pelo nome. E o mesmo vale para a capacidade de sustentar e reter crenças sobre o referente do nome. O próprio Perry pensa isto (1980:83). Por outro lado, acredito já ter mostrado em outro lugar que estes exemplos não são realmente um problema (Salles, 2013:74-81). Mas esta é outra história.

### Observações Finais

Não acho que a solução de Perry para a referência por empréstimo esteja totalmente errada. Aliás, a perspectiva de Perry é muito próxima daquela que eu mesmo defendo. De fato, acho que Perry acertou em quase tudo. Seu erro foi não reconhecer um papel adicional dos marcadores, o papel identificador que eles têm.

Repare, portanto, que não recuso que elos causais são uma parte importante da explicação correta da referência. De fato, a perspectiva da identificação apresentada na seção I aceita tais elos. Eu sequer recuso que a existência de um elo causal de um tipo apropriado seja uma condição necessária para o sucesso da referência por empréstimo. Novamente, a única coisa que defendi é que a teoria de Perry erra ao supor que certo tipo de elo causal é *suficiente* para o sucesso da referência.

Por fim, é importante entender que, pelo menos em um sentido, eu **não** sou um descritivista. O descritivismo é muitas vezes interpretado como afirmando que: uma condição necessária para o sucesso da referência é que o usuário do nome tenha conhecimento proposicional de que o referente do nome é o único a possuir certa propriedade. Se interpretarmos o descritivismo como comprometido com esta tese, então não serei um descritivista. A teoria da identificação que defendi para o fenômeno da referência por empréstimo não requer qualquer conhecimento proposicional deste tipo. De fato, tudo que ela exige é que falantes tenham, pelo menos, a *habilidade prática* de identificar o referente do nome, que os falantes pelo menos *saibam como* usar o seu material para tal fim. Aparentemente, nada nos comprometeria a interpretar esta habilidade prática como conhecimento proposicional. Seja como for, a relação entre o tipo de tese que defendo e teorias descritivistas foi investigada, em maior detalhe, em outro lugar (Salles: 2013: seção 3.16).

## Referências

CAMPBELL, John (2002). *Reference and Consciousness*. Oxford Cognitive Science Series. Clarendon press. Oxford.

DEVITT, Michael (1981) "A Causal theory of designation (1 e 2)". In: *Designation*. Columbia University Press.

DEVITT, Michael. Sterelny, Kim (1999) *Language and Reality: an introduction to the philosophy of language*. Oxford, Blackwell.

DONNELLAN, Keith (1974) "Speaking of Nothing". In: *The Philosophical Review*. Vol. 83, No 1, pp. 3-31. Duke University Press.

EVANS, G. (1982) *The Varieties of Reference*. Clarendon Press – Oxford University Press – New York. 2002.

JACKSON, Frank (2010). *Language, Names, and Information*. Blackwell.

KRIPKE, Saul A. (1972/1980) *Naming and Necessity*. Oxford, Blackwell, 1990.

KROON, Frederick W. (1987). "Causal descriptivism", *Australasian Journal of Philosophy*, 65:1, 1-17.

LEWIS, David (1984) "Putnam's Paradox" In: *Papers in metaphysics and epistemology*. Cambridge University Press, 1999. pp. 56-77

McCULLOCK, Gregory (1989). *The Game of the Name: Introducing Logic, Language and Mind*. Oxford University Press. 2003.

PERRY, John (1980) "A Problem About Continued Belief". In: *The Problem of Essential Indexical and Other Essays*. Oxford University Press, 1993.

SALLES, Sagid (2013). *Nomes Próprios: Referência e Identificação*. Disponível em: <http://ppglm.files.wordpress.com/2008/12/dissertacao-ppglm-sagid-ferreira.pdf>.